

Folcloristas na repartição¹: folclore e políticas culturais no Ceará (1950-1970)²

Ana Lorym SOARES³

RESUMO:

Este artigo analisa a relação entre a atuação de um grupo de folcloristas ligados à Comissão Cearense de Folclore e a elaboração e execução de políticas culturais no Estado do Ceará, entre as décadas 1950 e 1970. Para este fim, lança-se mão de documentação prioritariamente institucional, como relatórios de atividades da Secretaria de Cultura do Estado, atas de reuniões da Comissão Cearense de Folclore e do Conselho Estadual de Cultura, mas também, de periódicos, correspondência e textos de autoria dos folcloristas. O exame desse material possibilita considerar que a definição, elaboração e execução de políticas de cultura no Ceará – ao que concerne no que se convencionou chamar de cultura popular ou folclore – no período acima referenciado, é resultado da convergência das orientações federais para o setor cultural com a participação de folcloristas nas instituições culturais do Estado do Ceará.

PALAVRAS-CHAVE: Comissão Cearense de Folclore. Conselho Estadual de Cultura. Secretaria Estadual de Cultura. Política Cultural. Ceará.

Folklorists in the department: folklore and cultural policies in Ceará (1950-1970)

ABSTRACT:

This article analyzes the relationship between the activities of a group of folklorists related to the *Comissão Cearense de Folclore* and the drafting and the implementation of cultural policies in the State of Ceará between 1950 and 1970. Therefore, the focus here is on the institutional documentation, such as the activity reports of the State Secretary of Culture, the Acts of meetings of the *Comissão Cearense de Folclore* and the State Council of Culture, and also journals, correspondence and texts written by folklorists. The examination of this material allows us to consider that the definition, the

¹ Faz-se aqui referência ao título do livro *Modernistas na Repartição*, organizado por Lauro Cavalcanti, que reúne ensaios de expoentes do movimento modernista sobre a política do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Cf. *Modernistas na Repartição*. CAVALCANTI, Lauro (Org.). Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; Paço Imperial, 2001.

² Este artigo resulta da pesquisa intitulada *A Comissão Cearense de Folclore e as ações em torno da cultura popular no Ceará, entre as décadas 1950 e 1970*, desenvolvida sob a coordenação da COPEDOC/IPHAN, no âmbito do 2º Edital de Seleção de Pesquisas – A Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil (2011-2012) e que foi apresentado no III Seminário Internacional de Políticas Culturais da Casa de Rui Barbosa.

³ Graduada em História pela UFC; mestre em História Social da Cultura pela PUC-Rio; doutoranda em História Social pela UFRJ. E-mail: analorym@gmail.com

development and the implementation of cultural policies in Ceará - that concerns the so-called « popular culture » or « folklore » - in the aforementioned period is the result of the convergence of federal guidelines for the cultural sector attended by folklorists in the cultural institutions of the State of Ceará.

KEYWORDS: State Council of Culture. State Secretary of Culture. Cultural Policies. Folklore. Ceará.

Introdução

Temos a certeza [de] que ainda se pode fazer algo a que chamamos de “cearentismo” que consiste em refletir sobre as nossas tradições, pensar no nosso presente interpretando-o, e, expressar tudo através das artes. Não vemos nisso provincianismo. Achamos muito pelo contrário, [que é esta] a fidelidade do nosso intelectual em elaborar o verdadeiro sentido de nossa cultura, nos dias de hoje, definindo-a no momento presente. (DÁLIA, 1968b, p. 5)

A citação acima – fragmento de um texto de opinião publicado no *Jornal O Povo*, pelo jornalista Carlos Dália – põe de manifesto alguns elementos relevantes no debate acerca da institucionalização pela qual a cultura passou no Estado do Ceará, durante as décadas de 1960 e 1970.

No trecho citado, é possível identificar um sentimento de inconformismo em relação ao que se processava naquele momento em âmbito cultural, visto que o articulista acreditava que ainda era possível fazer algo para mudar esse cenário: ao implantar o que o autor chamou de “cearentismo”, que consistia, segundo ele, na reflexão acerca das tradições locais e sua veiculação através das artes. É possível, da mesma forma, perceber que o jornalista imputava a tarefa de elaborar o verdadeiro sentido da cultura cearense aos intelectuais deste Estado, sem ver nisso, mostra de provincianismo.

Essas proposições, contudo, levam-nos a tecer algumas questões, a saber: quais eram os problemas enfrentados, no Ceará, no momento de institucionalização da cultura, ou mesmo, o que se está chamando de institucionalização cultural? De que modo o dito “cearentismo” poderia contribuir para reverter o cenário de dificuldades apontado pelo jornalista? Quem eram os intelectuais responsáveis pela mudança na orientação do trato com a cultura e de que modo ocorreu a sua atuação efetiva?

Para dar conta dessas interrogações, procede-se, neste artigo, à análise da ação intelectual de um grupo de folcloristas que pertencia à Comissão Cearense de Folclore (CCF), tanto na elaboração quanto na execução de políticas culturais no Ceará, entre as décadas de 1950 e 1970. O espaço de atuação desses intelectuais – selecionado prioritariamente em relação ao objeto de estudo deste trabalho – se dá, além da CCF, no Conselho Estadual de Cultura (CEC) e na Secretaria Estadual de Cultura do Ceará (SECULT-CE), criados respectivamente em 1948, 1961 e 1966. Do mesmo modo, articula-se, neste trabalho, o tema política cultural no Ceará ao setor cultural do Governo Federal, no sentido de visualizar possíveis convergências.

Importa registrar, de início, que folclore está sendo entendido, neste trabalho, a partir de duas perspectivas: o folclore grafado com inicial minúscula, que remete aos fenômenos culturais de natureza popular comumente associados ao tradicional e ao rural e, em alguma medida, termo correlato de cultura popular; o Folclore, com inicial maiúscula, que define o campo de estudos criado na Europa, em meados do século XIX, e que se ocupa dos fenômenos cujas características se coadunam à definição anterior. Do mesmo modo, faz-se mister apontar que o que se considera neste texto um folclorista não é necessariamente o profissional do Folclore, visto que este campo não se estruturou ao ponto de formar um profissional especializado. O folclorista a qual nos referimos é o estudioso que – não obstante sua formação e atuação profissional em campos diversos do saber – elege o folclore como objeto de estudo e produção intelectual.

Folclore e políticas culturais: aproximações

O entendimento acerca do conceito de política cultural insere-se como fundamental na pauta de reflexão dos estudiosos desse campo do saber, que elege a política cultural como objeto de interesse. Entre eles, Lia Calabre (2005, p. 9) defende que política cultural seja entendida como um conjunto ordenado e coerente de preceitos e objetivos, próximo ao que expõem Albino Rubim e Alexandre Barbalho (2007, p. 13) que, ao focalizarem as características conjuntas e sistemáticas das intervenções no campo cultural, acreditam que deva haver umnexo entre elas, o que permite a transformação de ações isoladas em uma política efetiva. Este nexo, contudo, pode ser melhor compreendido quando José Márcio Barros (apud BEZERRA, 2011, p. 3) defende que não basta um conjunto de intencionalidades e ações para que se caracterize

uma política cultural, deve haver uma conexão íntima entre conceito, estratégia e ação. A articulação entre esses elementos, na visão do autor, é o que dá sentido a uma política cultural.

Através da proposição de Coelho Neto é possível introduzir outro elemento importante no debate sobre a definição de política cultural, qual seja: os sujeitos dessas ações e seus objetivos. Assim, política cultural, para Coelho Neto (1997, p. 292), é um programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários, com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas. Dessa forma, a política cultural não é vista como uma ação exclusiva do Estado, antes disso, atuam sujeitos diversos no seu contexto de definição, planejamento e execução. Além disso, a política cultural também pode ser compreendida como um meio para se chegar a um determinado escopo – o desenvolvimento das representações simbólicas e a satisfação das necessidades culturais da população – e não como um fim em si mesma.

Laura Bezerra (2011, p. 3) chama a atenção para o fato de que ao acrescentar como objetivos da política cultural a satisfação das necessidades da população, Coelho Neto (1997) insere uma questão polêmica no campo de estudos em apreço: quem define quais são as necessidades da população? Nesse sentido, o historiador Alexandre Barbalho nos lembra com pertinência que essas “[...] necessidades da população não estão pré-fixadas, nem neutras, mas resultam da compreensão e do significado de que os agentes atuantes nos campos político e cultural têm dessas necessidades e dos interesses envolvidos” (2005, p. 37). Portanto, é preciso ter em mente que o campo das políticas culturais envolve vários interesses, nem sempre conciliáveis, e o resultado de sua execução revela, quase sempre, um campo de lutas em torno do que é cultura e política cultural, bem como de quem tem a função de realizar tal definição e execução.

Outro eixo importante dos debates em torno da ideia de política cultural enfoca a ação estatal para o setor. Lia Calabre (2007) aponta que não obstante a relação entre Estado e cultura apresente uma longa história no Brasil, a preocupação com o planejamento e a realização de ações de maior alcance, com caráter perene, datam apenas do século XX, com expressividade entre as décadas de 1930-40. Conquanto, como sugere Eduardo Nivón Bolán (apud CALABRE, 2007, p.01), a institucionalização efetiva da política cultural pode ser considerada uma manifestação ainda mais recente no País, pois esta passa a ser entendida como uma ação global e organizada no período

pós-guerra, por volta da década de 1950. O que se verificava até então eram relações de tensão ou aproximação entre o campo do político e o da cultura e da arte em geral, gerando atos isolados.

No Brasil, entre os anos 1945 e 1964, o Estado não promoveu, de forma direta, ações de grande vulto na área da cultura, que se desenvolveu visivelmente através da iniciativa privada. Foi nesse período que se consolidaram os meios de comunicação de massa, o rádio e a televisão, por exemplo.

O fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, permitiu a retomada da produção de aparelhos de rádio e de equipamentos de transmissão. Ainda na década de 1940, o número de emissoras de rádio cresceu na ordem de 100%. Na década de 1950 a televisão chegava ao Brasil. No campo da produção artística em geral, surgiram grupos que propunham a utilização de novas linguagens. Entre os movimentos que se destacaram temos o Cinema Novo, a Bossa Nova, o Violão de Rua, o Grupo Oficina, os trabalhos de Lygia Clark e Hélio Oiticica, entre vários outros (CALABRE, 2005, p. 11-12).

Com o golpe militar de 1964, porém, instalou-se um período de repressão e censura que implicou no desmantelamento da maioria dos projetos culturais em curso. Contudo, a vigência do regime militar não significou a ausência desse tipo de projeto e nem tampouco a repressão sobre todos eles. Segundo Renato Ortiz (2005), a ação repressiva do Estado sobre a cultura, entre 1964 e 1980, caracterizou-se por uma “[...] repressão seletiva que impossibilitou a emergência de determinados tipos de pensamento ou de obras artísticas” (2005, p. 89), o que permitiu a continuação ou criação de certas expressões culturais. Além disso, o próprio Estado atuou de maneira incisiva nessa área, ao criar ou fomentar a criação de diversas instituições que seriam responsáveis pela reorganização e dinamização do setor cultural no período.

Entre as instituições criadas durante o regime civil militar que tiveram o papel de reorganizar e dinamizar a área da cultura no País, podem ser citadas a Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel), que associou o Brasil ao sistema Intelsat – provedor de serviços de comunicação por satélite – e em 1967 o Ministério das Telecomunicações; o Instituto Nacional de Cinema (INC); o Conselho Federal de Cultura (CFC); o Conselho Nacional de Turismo (CNT), a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) e o Sistema Nacional de Turismo. Todas iniciativas levadas a efeito

durante o mandato do presidente Castelo Branco (1964-1967) (CALABRE, 2005, p. 11; ORTIZ, 2005, p. 86).

Durante o governo do presidente Médici (1969-1974), por exemplo, foi lançado, no ano de 1973, o Programa de Ação Cultural (PAC). Esse programa adotava critérios para orientar a distribuição de recursos financeiros, na área cultural, que abrangiam desde o setor de patrimônio, passando pelas atividades artísticas e culturais, até a capacitação de pessoal. Muito embora tenha sido apresentado, pela imprensa da época, como um projeto de financiamento de eventos culturais, visto que tinha como meta a implementação de um ativo calendário de eventos culturais no País, com espetáculos nas áreas de música, teatro, circo, cinema e folclore (CALABRE, 2005, p. 12).

Entre os anos de 1974 e 1978, gestão do presidente Ernesto Geisel, houve real fortalecimento da área da cultura. Foram criados órgãos como o Conselho Nacional de Direito Autoral (CNDA), o Conselho Nacional de Cinema (CNC) e a Fundação Nacional de Arte (FUNARTE). Nesse período formalizou-se, também, um conjunto de diretrizes para orientar a área da cultura, o que permitiu a Sérgio Miceli considerar que a cultura foi efetivamente inserida entre as metas da política do desenvolvimento social do Governo Geisel. (MICELI, 1984, p. 75).

No que se refere particularmente ao campo do Folclore, o governo dos militares também trouxe inovações: oficializou-se o 22 de agosto como o dia nacional do Folclore e se determinou que nessa data fossem realizados em todo o território nacional festejos e comemorações. O Decreto nº 56.747, de 17 de agosto de 1965, que, desejando assegurar ampla proteção às criações populares, defendendo sua sobrevivência, decretou que: “Será celebrado, anualmente, a 22 de agosto, em todo o território nacional, o Dia do Folclore” (BRASIL, 1965). Do mesmo modo, o PAC, teve seu lançamento especialmente festejado entre os folcloristas em âmbito nacional, conforme nota publicada na *Revista Brasileira de Folclore (RBF)*, que teve uma gama de eventos patrocinados pelas verbas do referido programa, como festivais, congressos, apresentações de arte, dança e música, todos de temática folclórica (CAMPANHA DE DEFESA DO FOLCLORE BRASILEIRO, 1973, p. 114).

A respeito da ação pública na área cultural durante o regime civil militar, Alexandre Barbalho (1998, p. 49-55) registra que pode ser caracterizada como uma intervenção planejada, cuja maior ambição era promover, de forma sistemática, a

integração da nação através da integração cultural. Essa orientação não só permitiu que as culturas regionais fossem consideradas como relevantes para a construção do discurso identitário homogeneizador, veiculado pelo Governo Federal, mas que emergissem como solução para as supostas divergências no âmbito da cultura. Dito de outro modo, a diversidade regional foi tomada como elemento constituidor da unidade cultural, a partir da concepção de que é pelas partes que se constitui o todo.

O folclore desempenhou um papel importante nessa conjuntura, ao ser tomado como um dos principais elementos constituintes da identidade nacional, tanto por alimentar o sentimento de nacionalismo defendido pelas lideranças do golpe de 1964 – especialmente a partir da associação operada entre folclore e civismo –, quanto pelo fato de os ideais folcloristas não representarem oposição para os militares, antes disso, serviam-lhe de argumento (SOARES, 2010, p. 161-171).

No Ceará, o folclore ganha especial relevo quando se organiza a Comissão Cearense de Folclore em 1948, como parte integrante do projeto maior da Comissão Nacional de Folclore (CNFL), organismo que orquestrava o movimento folclórico brasileiro.⁴ Esse movimento tinha como objetivo interpretar a cultura do povo – a partir de uma intensa mobilização tão política quanto intelectual – e institucionalizar o campo do Folclore, ao mesmo tempo que visava defender as manifestações folclóricas da ação corrosiva dos tempos modernos, apresentando-as à nação como elemento característico de sua identidade.

À frente das atividades da Comissão Cearense de Folclore estava Henriqueta Galeno, indicada para tal função por seu conterrâneo e amigo Gustavo Barroso, que à época dirigia, no Rio de Janeiro, o Museu Histórico Nacional (MHN). Individualmente, Henriqueta Galeno não era figura de grande projeção intelectual, mas herdara do pai, o poeta Juvenal Galeno (1836-1931), o gosto pelos temas folclóricos e a direção da Casa de Juvenal Galeno, que, em meados do século XX, figurava como um centro cultural de grande importância em Fortaleza.⁵ Dessa forma, a secretária da CCF pode congrega homens e mulheres de prestígio no cenário cultural daquele Estado para atuar pela causa

⁴ Movimento folclórico brasileiro foi como ficou conhecida a mobilização encetada da por um conjunto de folcloristas, na década de 1950, em torno do folclore do Brasil. Cf. VILHENA, Luís Rodolfo. *Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

⁵ As reuniões da CCF aconteciam regularmente na Casa de Juvenal Galeno. Nela também se organizaram várias atividades de cunho popular, algumas vezes de forma a integrar as atividades idealizadas pela CCF e as planejadas pela SECULT-CE, visto que a Casa compõe, a partir de 1966, o conjunto de equipamentos culturais administrados pela Secretaria de Cultura do Estado.

do Folclore. Ao ser instalada a referida entidade, juntaram-se à Henriqueta Galeno, os letrados Mário Baratta, Gastão Justa, Florival Seraine, Cruz Filho, Albano Amora, Eduardo Campos, José de Figueiredo Filho, Jósa Magalhães, Francisco Alves de Andrade e Castro, Valdelice Girão, dentre outros, que passariam a compor o organismo cultural, a partir das décadas de 1950 e 1960.

A agremiação cearense buscou pautar sua atuação em sintonia com as orientações da Comissão Nacional, que giravam em torno do mapeamento, defesa e promoção do folclore brasileiro. Nesse sentido é que foram idealizados muitos projetos pelos membros da CCF, muito embora nem todos tenham sido postos em prática. Como elementos constitutivos do plano de ação do grupo de folcloristas, pode-se salientar uma publicação periódica intitulada *Revista Cultura Popular*, planejada para ser o órgão específico da CCF; elaboração do *Atlas Folclórico do Estado*; constituição de um programa de artes manuais e artesanato; instalação de um museu específico ou uma seção no Museu Histórico e Antropológico do Ceará para o folclore; introdução do Folclore nos currículos escolares; gravação em discos de autos populares; e remuneração para detentores de saberes tradicionais populares (SERAINÉ, 1952, p. 13). A maior parte das atividades planejadas estava alinhada com as orientações da Comissão Nacional, contudo, nem todas foram executadas e algumas delas apenas puderam ser observadas em sua concretude em contextos e circunstâncias que extravasam o âmbito imediato da CCF, o que será abordado posteriormente neste artigo.

Entre as atividades registradas em relatórios, atas de reuniões e periódicos de circulação local ou nacional, ligados ou não aos folcloristas, podem ser demonstradas, em larga medida, a efetivação do plano de trabalho do grupo em estudo. Entre as atividades executadas estão: noites de viola, festas juninas, seminários, congressos e conferências com temática folclórica – entre elas uma palestra do folclorista potiguar Luís da Câmara Cascudo, realizada na Casa de Juvenal Galeno, em 1949, e o Congresso Brasileiro de Folclore (CBF), que aconteceu em Fortaleza, no ano de 1963. Além disso, foram efetuados cursos de metodologia e pesquisa folclórica para estudantes do Projeto Rondon; curso de folclore musical, em parceria com o Conservatório de Música Alberto Nepomuceno, e a publicação, seja de obras individuais ou coletivas dos folcloristas, entre as quais se situam os *Cadernos Henriqueta Galeno* – editados em 1970, para substituir o periódico anteriormente idealizado como *Revista de Cultura Popular* –, *Antologia do Folclore Cearense* e *Folclore Brasileiro: Ceará*, publicados

respectivamente em 1967 e 1978, ambos de autoria de Florival Seraine e a última, elaborada a pedido da FUNARTE. (SERAINÉ, 1978).

Não obstante o elenco das atividades planejadas e/ou cumpridas pela Comissão Cearense, Henriqueta Galeno, ainda nos primeiros anos do movimento folclórico nas terras alencarinhas, registra que mesmo com o intuito de:

[...] dar a maior divulgação a esta sessão dos tradicionais festejos juninos para despertar o gosto do nosso povo pelas nossas tradições. Infelizmente, aqui no Ceará ainda não está desenvolvido o gosto pelos estudos folclóricos, razão por que ainda não me foi possível dar o desenvolvimento que pretendo ao nosso movimento folclórico, mas com persistência, trabalho e tempo tudo se alcançará, estou certa (CENTRO NACIONAL DE FOLCLORE E CULTURA POPULAR, 1949 ou 1950).

Florival Seraine (1952, p.13-14) justifica que o insucesso de alguns projetos do grupo deveu-se à ausência de apoio estatal, diferente do que se processava em outros Estados, onde, segundo ele, a pesquisa especializada despertava interesse mais amplo, e os poderes públicos não vacilavam em ajudar a missão cultural dos folcloristas. Para romper com o quadro de dificuldades apontado por Florival Seraine, o apoio estatal parecia ser imprescindível. Tanto que Henriqueta Galeno buscou, em reunião com o chefe do poder executivo no Ceará, tratar sobre um convênio com esse Governo, possivelmente para dar concretude ao que foi endereçado a este, em carta anteriormente remetida (CENTRO NACIONAL DE FOLCLORE E CULTURA POPULAR, 08/11/1952). O entendimento da CCF com o Governo do Estado não chegou a se efetivar, contudo, isso não significa que as atividades planejadas pelos folcloristas ligados ao movimento folclórico não seriam executadas. Pode-se assegurar, que pelo menos parcialmente, ao longo das décadas de 1960 e 1970, muitas delas figuraram entre ações levadas a efeito com o financiamento do Estado, a partir, sobretudo, da ligação de alguns folcloristas à estrutura administrativa do Governo, ocupando importantes cargos na área da cultura.

Ao longo dos anos de 1960 e 1970, a Comissão Cearense de Folclore adquire novas configurações, especialmente com a incorporação de novos membros como Zélia Viana Camurça, Dalva Estella Nogueira Freire, Susana Célia Carvalho Langer, dentre outros. A direção da Comissão Cearense também mudou, em decorrência do falecimento de Henriqueta Galeno, em 1964, quando passou a ser exercida por Florival

Seraine, em um primeiro momento, e por Cândida Galeno, em um segundo. Com a morte de Cândida Galeno em 1989, a Comissão não mais se reuniu e suas atividades foram interrompidas, voltando a se organizar com novos membros, em outra fase, a partir de 1992, fase esta que se estende até os dias de hoje e que não está contemplada nesta pesquisa.

A configuração institucional da cultura no Ceará: o CEC, a SECULT e as políticas culturais

Em dezembro de 1966 foi criada no Ceará a Secretaria de Cultura do Estado (SECULT-CE), primeira secretaria de cultura a funcionar no Brasil, nesse nível governamental, embora já houvesse anteriormente registro de projeto similar. Este projeto surge quando o governador Paulo Sarasate (1955-1958) expôs, em mensagem à Assembleia Legislativa, o propósito de instalar o Serviço de Cultura anexo à Secretaria do Interior e Justiça, destinado a coordenar e incentivar atividades literárias e artísticas e a promover e divulgar pesquisas relacionadas com a História e o Folclore cearenses, mobilizando para tal fim o Teatro José de Alencar. Esse projeto, para o governador, contribuiria de forma dinâmica e eficiente para a evolução cultural do Estado (GIRÃO, 1979, p. 12-13). O referido órgão chegou a ser criado com a denominação de Serviço Especial de Educação e Cultura (SEEC)⁶ pelo governo seguinte, que tinha à frente Parcifal Barroso (1959-1964), mas permaneceu ativo apenas durante seis meses, logo deixando de existir quando do desmembramento da Secretaria de Educação e Saúde, em duas: a de Saúde e Assistência e a de Educação e Cultura. Essa medida, entretanto, não garantiu o funcionamento pleno desses órgãos (GIRÃO, 1979, p. 14-15).

Ainda sob a batuta de Parcifal Barroso, foi criado, em 1961, o Conselho Estadual de Cultura (CEC), que, de acordo com a Lei de nº 5.427, de 27 de junho do referido ano, deveria ser um órgão consultivo, ligado ao setor da cultura, na estrutura governamental do Estado. Além disso, o CEC atuaria a partir de nove setores específicos, quais sejam: Ciência, Literatura, Música e Dança, Artes Plásticas, Teatro, Publicações, Intercâmbio Cultural, Patrimônio Histórico e Artístico e Folclore (GIRÃO,

⁶ No governo seguinte, de Virgílio Távora, foi criado outro órgão que incorporou o Serviço Especial de Educação e Cultura (EEC), esse órgão foi chamado de Superintendência do Desenvolvimento Econômico e Cultural do Ceará (SUDEC), que vigorou até a criação da SECULT-CE em 1966.

1979, p. 17). Já em 1966, momento em que se regulamenta a SECULT, o CEC ganha nova roupagem e passa a ser composto por um conjunto de intelectuais de renome, sendo presidido pelo secretário da pasta, que nesse primeiro mandato coube ao historiador Raimundo Girão (1966-1971).⁷ Entre os membros do CEC, encontravam-se no decorrer do seu funcionamento, Eduardo Campos, Mário Baratta, Cruz Filho, Manoel Albano Amora e Dalva Stella, todos ligados à Comissão Cearense de Folclore.

Ao ter iniciadas as suas atividades em 1967, a SECULT logo passou a sofrer várias críticas, por parte de intelectuais, políticos opositores, setores da sociedade e da imprensa, especialmente de um jornal em específico, o *Jornal O Povo*. Segundo matérias deste periódico, as pessoas questionavam se “cultura enchia barriga” e afirmavam que a SECULT era uma entidade apenas “decorativa” e não atendia às demandas culturais da população (DÁLIA, 1967, p. 3). Raimundo Girão, ao escrever as memórias do CEC, registra que a SECULT-CE:

[...] foi recebida com hostilidade por uns e com ceticismo por outros, por considerem-na inútil ou, de antemão, sujeita ao fracasso. Argumentavam os opositores da providência governamental que, se não existia, na órbita federal, um Ministério da Cultura, a instituição daquela Secretaria representava um passo em falso em um dos Estados mais pobres do Brasil, porquanto situado no polígono das secas, cujas condições adversas constituíam assunto corriqueiro de políticos, administradores e jornalistas. [...] [Além disso] Havia prevenção contra qualquer novo órgão que se criasse às custas do erário, apontando-se o propósito velado: a disponibilidade de empregos, para contentar parentes, amigos ou eleitores (GIRÃO, 1979, p. 11).

Para além da condenação inicial, ao analisar os relatórios das atividades da SECULT, durante a vigência dos seus primeiros anos, é possível entender, em larga medida, o motivo pelos quais tais críticas foram desferidas contra a gestão de Raimundo Girão. Opera-se, nesse contexto, a partir de uma visão muito restrita de cultura, pela qual esta é privilegiada em suas expressões eruditas, conforme se pode identificar a partir do discurso de posse do próprio secretário da cultura, ocasião em que qualifica a cultura como “refinamento superior do espírito”. (GIRÃO, 1967, p. 224-228). Na

⁷ A Secretaria de Cultura do Estado foi criada em pela Lei 8541, de 9 de agosto de 1966, desmembrando-se da Secretaria de Educação, pelo então governador do Estado, coronel Virgílio Távora, e publicada no Diário Oficial no dia 10 de agosto de 1966 (Artigo 2º), com vigência a partir de primeiro de janeiro de 1967, no governo de Plácido Aderaldo Castelo.

mesma linha, o governador à época, o professor e jornalista Plácido Aderaldo Castelo, afirma, também, em seu discurso de posse, que:

O próximo governo dará aos homens de cultura do Ceará, o máximo de que puder, a fim de que tenham meios e modos de realizar seus estudos e pesquisas, editar seus livros, manter intercâmbio de ideias, sem as peias das carências, porque povo culto é povo feliz e eufórico. A cultura do espírito, ao lado do poderio econômico, é básica na projeção e prestígio de um povo no concerto dos outros povos. E quando falo de cultura, refiro-me à cultura integral – a cultura científica, envolvendo a técnica, a cultura literária, a filosofia e a artística (GIRÃO, 1979, p. 18-19).

Tanto o governador Plácido Aderaldo Castelo quanto o secretário de cultura Raimundo Girão eram intelectuais pertencentes aos quadros de instituições culturais como o Instituto Histórico e a Academia de Letras do Ceará. A função primordial de uma secretaria de cultura, para ambos, parece ser a de garantir aos homens de letras as condições de atuação adequadas. O que exclui o povo, em sentido *lato*, dos objetivos da política cultural do Estado.

Há que se levar em conta que, nesse período, o discurso cultural de unidade e valorização do nacional/popular estava em voga, tanto para grupos intelectuais de afinidades políticas esquerdistas como para os grupos conservadores, que passaram a instrumentalizar o governo dos militares, em nível nacional, em suas políticas para a área da cultura. E foi justamente a ausência de afinidade entre as práticas iniciais da SECULT, na gestão de Girão, e esse discurso identitário de valorização do que era considerado como cultura popular, que o fez, na visão dos seus opositores, merecer as críticas que recebeu.

Na imprensa, o jornalista Carlos Dália foi o opositor mais ferrenho. Embora não questionasse a existência da Secretaria da Cultura – pelo contrário, defendia mais verbas para garantir seu pleno funcionamento – fazia oposição à visão elitista pela qual a mesma atuava, e que, segundo ele, só beneficiava os próprios produtores culturais, sobretudo, escritores e literatos, visto que o grande público não se identificava com suas realizações. Dália (1968a, p. 5) empreendeu verdadeira campanha contra a visão elitista de cultura, apresentada pela Secretaria, em favor do que ele chamou de “ceararentismo”, ou seja, defendia que se focalizasse mais as tradições cearenses, o que, para ele,

envolveria e beneficiaria uma parcela muito maior da sociedade. O jornalista chegou a escrever, na sua seção de opinião, denominada *Primeiro Plano*, que sugeria,

[...] a guisa de ajuda, às autoridades da pasta da Cultura, que mesmo sob tremendo mar de tormentas porque vêm passando, elaborar uma planificação de metas mais autorizadas tendo como principal finalidade levar ao povo o que é genuinamente dele. Urge que seja realizada no Ceará pela Secretaria de Cultura um trabalho de popularização de nossa Cultura, em todos os sentidos [...] Temos que trabalhar juntos pela ânsia popular no aspecto cultural. Portanto que se lance cinema, folclore, teatro, pintura, literatura etc. do povo, porque tudo é dele e a ele pertence (DÁLIA, 1968a, p. 5).

Na primeira gestão da SECULT, houve pouco avanço no sentido de implementar uma política cultural pautada pelo que se está chamando de “ceararentismo”. O que, segundo ele, já vinha sendo, de certo modo, praticado na Secretaria de Educação e Cultura do Município, por seu titular Ernando Uchoa Lima, visto que, em matéria jornalística publicada em 1965, Carlos Dália (1965, p. 6) já registrava como louváveis as iniciativas da referida pasta na valorização do folclore regional.

Apaixonado a tudo o que diz respeito às legítimas tradições de nossa pátria só podemos aplaudir tão inteligente atitude do titular da pasta da Educação do Município de Fortaleza ao mesmo tempo em que nos colocamos ao dispor de sua comissão para a colaboração que se fizer necessária a tão elogiável promoção. [...] Poucos países possuem folclore mais fascinante do que o nosso. As diferentes regiões de nossa pátria cada uma com suas canções, suas danças, seus personagens transformados em heróis populares, seus santos e suas procissões, enfim, com suas lendas que enriquecem nossa literatura. São uma inesgotável fonte de inspiração para quantos admiram as tradições de nossa terra além de constituir o principal motivo para que tivéssemos uma indústria turística mais desenvolvida a exemplo de países bem mais modestos do que o Brasil. (DÁLIA, 1965, p. 6)

Com o fim do governo de Plácido Aderaldo Castelo, em 1971, porém, Raimundo Girão foi sucedido na pasta da cultura, exatamente por Ernando Uchoa Lima,⁸ que permaneceu neste posto durante os dois governos seguintes: o de César Cals e o de Aduino Bezerra (1971-1975 e 1975-1978, respectivamente). A tônica da gestão de

⁸ É importante registrar que além de ter realizado uma gestão considerada pela imprensa, como positiva à frente da Secretaria de Educação do Município, Uchoa Lima possuía uma credencial a mais para ser escolhido como secretário de Estado pelos coronéis Cesar Cals e Aduino Bezerra. Ernando Uchoa Lima era militante político e coordenador da Campanha da Arena no Ceará – obviamente, partido no qual estavam ligados os dois governadores-coronéis citados (Girão, 1979, p. 42-43).

Uchoa Lima foi: interiorização e popularização da cultura. No que concerne à interiorização, deu-se prosseguimento ao Projeto Jornadas Culturais, já em andamento na administração de Girão, mas que se restringia à circulação de artistas e apresentações culturais nos bairros de Fortaleza. Sob a coordenação de Uchoa Lima, esse projeto ganhou uma dinâmica maior e passou a percorrer o interior do Estado, canalizando para sua execução parte significativa das verbas destinadas à pasta. Quanto à popularização, além das próprias jornadas, que também cumprem, em parte, essa função, passou-se a focalizar expressões culturais mais ligadas à suposta identidade cearense. Por essa via, entra em cena o folclore e o artesanato, além da história e da memória cearense, que deveriam ser cultivadas através de eventos de naturezas as mais diversas, instrumentalização de museus e elaboração de exposições artísticas.

Conforme se registrou nos relatórios da SECULT-CE, a organização interna da pasta, nas duas gestões de Uchoa, fica da seguinte forma: Cultura, Desporto e Promoção Social, tendo a primeira designação, uma rubrica chamada de Difusão Cultural, responsável pela maioria das atividades na área da cultura e que nos leva a crer que durante algum tempo foi comanda por Eduardo Campos, folclorista ligado à Comissão Cearense de Folclore (DÁLIA, 1968a, p. 5).

Sobre as realizações específicas na área da cultura, a partir do ano de 1971, a ênfase recaiu sobre a criação ou instrumentalização de bibliotecas; reforma de prédios, como a Casa de Juvenal Galeno, o Arquivo Público do Ceará, o Museu São José de Ribamar e o Museu Histórico e Antropológico; realização das Jornadas Culturais e a organização de vários eventos, entre eles: Noites de Violas na Casa de Juvenal Galeno, uma edição do Festival de Folclore do Ceará e a elaboração de um Calendário Cívico e Cultural do Estado; além de apresentações artísticas de dança, música e teatro (GOVERNO CÉSAR CALS DE OLIVEIRA FILHO, 1972, p. 112-113). No ano seguinte, a maior parte das atividades permanece a mesma, acrescida, por exemplo, da organização do I Encontro Cívico e Cultural; de mais uma edição do Festival de Folclore e a promoção do Festival Estudantil de Quadrilhas Juninas, assim como várias atividades comemorativas do sesquicentenário da Independência do País (GOVERNO CÉSAR CALS DE OLIVEIRA FILHO, 1973, p. 12-126).

No ano seguinte, o Folclore associado às comemorações cívicas reaparece entre as principais realizações do Governo, na área cultural. Mais uma edição do Festival de Folclore é levada a efeito; inúmeras festas cívicas são realizadas, sendo que uma delas

aconteceu em Brasília e contou com apresentações de temática folclórica do Ceará. A novidade é que, a partir do ano de 1973, os relatórios são acompanhados por um balanço financeiro, onde se elencam os gastos em cada atividade, bem como a origem do financiamento (GOVERNO CÉSAR CALS DE OLIVEIRA FILHO, 1974, p.1184-1186).

O ano de 1974, durante o governo de Adauto Bezerra, foi chamado o Ano da Cultura. Segundo o relatório de atividades daquele período,

No esforço de tornar a cultura mais acessível à população em geral, o Governo do Ceará intitulou o último ano de seu quadriênio de “Ano da Cultura”, intensificando a realização de exposições de arte, publicações de livros e folhetos, apresentações teatrais, concertos, recitais e shows variados que contam com a participação de artistas famosos. (GOVERNO CÉSAR CALS DE OLIVEIRA FILHO, 1975, p. 76)

No mesmo relatório, segue-se uma tabela das realizações do Governo, na área da cultura, durante os quatro anos do referido mandato, conforme se pode conferir:

TABELA 3.2
SECRETARIA DE CULTURA, DESPORTO E PROMOÇÃO SOCIAL
SÍNTESE DAS REALIZAÇÕES
PERÍODO – 1971-74

DISCRIMINAÇÃO	1971	1972	1973	1974	TOTAL
Jornadas Culturais	4	7	7	4	22
Cursos	1	6	2	5	14
Festivais	1	7	4	7	19
Prêmios	14	4	8	7	32
Congressos	X	X	X	1	1
Convênios	1	4	2	X	7
Apresentações Teatrais	11	9	6	12	38
Recitais e Apresentações Culturais (1)	6	19	80	140	245
Publicações	3	5	6	5	19
Aquisições	X	4	11	8	23
Exposições	6	8	11	23	48

FONTE: Secretarias de Cultura, Desporto e Promoção Social

NOTA: (1) O resultado de todos os recitais e apresentações culturais promovidos pela Secretaria, e as realizações em conjunto com os diversos convênios – Conservatório de Música Alberto Nepomuceno, Jornal “O POVO”, Centro de Cultura Germânica, Associação Cultural Franco-Brasileiro [sic] e Ministério de Educação e Cultura – Programa de Ação Cultural.

No que concerne ao Ano da Cultura, a imprensa local, especialmente o *Jornal O Povo*, noticiou em profusão. No entanto, temos de lembrar que esse jornal, o de maior

circulação na capital à época, havia firmado um convênio com o Governo para esse fim – conforme nota da tabela acima reproduzida. Dessa forma, o secretário da cultura, Ernando Uchoa Lima, garantia que as ações da instituição fossem realmente popularizadas, ou pelo menos, se a sociedade em geral não se sentisse beneficiada, poderia constatar que ações estavam sendo realizadas por essa gestão.

Outro elemento que as ações da administração de Uchoa Lima põem de manifesto é a vertente marcadamente executiva de atuação no campo da cultura. A área cultural deveria ser administrada com eficiência, com transparência, conseguindo convênios para garantir a execução de atividades que o Governo do Estado não estivesse disposto a financiar.⁹ Do mesmo modo, o tipo de atividade preferida parece ter sido aquele cuja duração não excede o tempo da realização: o evento. Festivais, exposições, recitais, jornadas culturais, apresentações teatrais e as genéricas apresentações culturais, registradas acima, totalizam quase 90% das ações. O folclore acabou sendo privilegiado nesse contexto, porque representaria os arquétipos cearenses (BARBALHO, 1998, p. 115). Dessa forma, foi contemplado em vários eventos, especialmente, nas jornadas culturais, que cumpriam, fundamentalmente, o papel de “[...] levar ao povo o que é ‘genuinamente’ dele” (DÁLIA, 1968b, p. 5), pondo em circulação mostras do que se entendia por identidade do povo cearense, ou seja, as suas raízes, que deveriam não só ser defendidas do perigo iminente de diluição, mas deveriam ser exibidas ao povo para que esse pudesse reconhecê-las como verdadeiramente suas.

Através do exposto, é possível problematizar a visão de política cultural pela qual se operava, nas duas primeiras décadas de funcionamento da Secretaria de Cultura no Ceará. Percebe-se que o rumo tomado pela SECULT, na elaboração e execução de políticas culturais, não era exclusivo do Ceará, antes, conectava-se a uma visão de gestão cultural praticada de forma mais ampla no contexto nacional (MICELI, 1984, p.66-67). Acrescente-se a esse fato, a inserção do folclore como elemento caracterizador da ideologia do nacional/popular, que vigorava no contexto das políticas federais de cultura (SOARES, 2010, p. 71-77). No Ceará, pode-se considerar, seguindo Alexandre

⁹ Uchoa Lima foi eleito pela imprensa por três anos consecutivos, entre os melhores secretários de Estado do Ceará. Sua administração da pasta de cultura lhe rendeu, também, reconhecimento em nível nacional, visto a SECULT-CE ter sido considerada a mais dinâmica Secretaria de Cultura do Brasil, e suas atividades tomadas como modelo pelo Ministério da Educação e Cultura (Girão, 1979, p. 42-43).

Barbalho (1998), que se operou através do estadual/popular, no qual o popular é entendido como sinônimo direto de folclore.

Em 1978, Ernando Uchoa Lima passa a pasta para Denizard Macedo, logo substituído pelo folclorista Eduardo Campos, que a geriu entre 1979 e 1983. Durante a década de 1970, pode-se arriscar que a tônica das políticas culturais no Estado permanece muito próxima de uma gestão para outra. Mesmo quando Eduardo Campos, ao assumir a função de secretário, em 1979, inseriu algumas mudanças na estrutura da instituição, como por exemplo, a desvinculação do setor de promoções sociais e a reestruturação dos estatutos da SECULT-CE (ATA DA 586ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA, 1980, p. 23).

Como atividades privilegiadas no primeiro ano da gestão de Eduardo Campos, pode-se identificar certa semelhança em relação ao que vinha sendo feito nas administrações anteriores. Entre suas propostas, a mais inovadora foi o estímulo aos produtores culturais locais, detentores de um saber tradicional, também denominados de mestres ou orientadores dos grupos folclóricos. A sua ideia era incentivar a continuidade e a renovação dessas práticas folclóricas, a partir do estímulo financeiro regular, dessa forma, a cultura popular tradicional, ou o folclore, teriam nos mestres, os agentes privilegiados de sua revitalização e divulgação.

Como foi possível observar, para além das mudanças de perspectiva acima apontadas, o folclore permaneceu como rubrica privilegiada entre as ações da SECULT, principalmente através da ocorrência de vários concursos, festivais e apresentações gerais, alinhados à ideia de civismo, bem como na publicação de livros sobre o tema e o estímulo à formação de grupos folclóricos e para-folclóricos (GOVERNO VIRGÍLIO TÁVORA, 1980; 1981).

A partir do exposto, faz-se necessário retomar a questão inicial: é possível considerar que houve uma relação entre a Comissão Cearense de Folclore e o cenário acima descrito de elaboração e execução de políticas culturais no Ceará? A resposta que se encaminha neste artigo é a de que, de forma direta ou indireta, houve participação do grupo de folcloristas componentes da CCF no campo das políticas culturais no Ceará, e isso pode ser percebido de várias maneiras. Uma delas aponta para o fato de que alguns membros da Comissão Cearense – Mário Baratta, Manoel Albano Amora, Dalva Stella, Eduardo Campos etc. – pertenciam simultaneamente à CCF e ao Conselho Estadual de

Cultura, que, entre suas funções, tinha o papel de sugerir e aprovar ações a serem contempladas como políticas para o referido campo.

Outro elemento que nos conduz à consideração da relação entre folcloristas e SECULT é que algumas das atividades desenvolvidas no bojo da dessa instituição constavam desde o início dos anos de 1950 nos planejamentos da CCF, e, embora tenham existido tentativas de torná-las concretas, faltou o apoio estatal necessário, visto que não havia à época um setor específico para a área da cultura, nem no Governo do Estado nem do Município. Algumas atividades pontuadas nos relatórios da SECULT contavam, inclusive, como atividades realizadas em parceria com a CCF, entre as quais constam os festivais de folclore, as noites de viola, festas juninas, festivais de quadrilhas etc.

Com efeito, também se pode construir essa associação a partir do confronto da proposta de Eduardo Campos, durante sua gestão na SECULT, ao encaminhar a realização – embora não tenha sido verificada a sua efetivação – de um programa de incentivo à manutenção de práticas folclóricas, a partir da remuneração, por parte do Governo, aos detentores da cultura popular tradicional, ou seja, os mestres do folclore. Esta proposta, conforme asseverou Florival Seraine, foi encaminhada ainda nos primeiros anos de atuação da CCF, mas, como se pode notar, foi recuperada duas décadas mais tarde, sem que se fizesse, porém, qualquer menção à origem daquele projeto.

Considerações finais: o lugar do folclore nas políticas culturais cearenses

Embora se tenha uma visão mais ou menos consensual de que a ação folclorista denota práticas anacrônicas e até mesmo preconceituosas no trato com a cultura – orientação diferente do que se busca consolidar atualmente –, a ação desses folcloristas foi um marco importante na história das políticas culturais do País, e por isso merece estudos atentos que levem em conta o contexto no qual se desenvolveu sua atuação.

A partir de instituições intelectuais, ou inseridos na estrutura administrativa do Estado, muitos foram os homens de letras que se uniram pela causa do Folclore no Brasil. Produziram imagens e narrativas, cuja função, na maioria das vezes, era a de exaltar os fatos considerados por eles como folclore e alçá-los a uma dimensão identitária, que fosse capaz de justificar todo o esforço empreendido por eles. Nesse

sentido, o escopo último desses letrados era o de converter esse folclore gerador de identidade em base de política pública, de modo a garantir sua defesa e divulgação e, quem sabe, garantir também, postos de emprego ou reconhecimento junto aos Governos.

No Ceará, embora não se tenha referência anterior de estudos acadêmicos que contemplem essa realidade, a ação dos folcloristas foi significativa e exerceu um papel fundamental no campo da cultura e da política, visto que toda ação intelectual tem como desdobramento uma ação política. O esforço intelectual exercido pelos estudiosos cearenses, durante a participação no projeto nacional de defesa e valorização do folclore, põe de manifesto uma dinâmica profícua de produção bibliográfica que buscava dar conta de uma identidade cearense, a partir da mediação pelo folclore, mas que também resultou na construção de uma relação com os governos militares das décadas de 1960 e 1970, através da tentativa de institucionalizar o folclore como política pública.

Todo esse cenário de mobilização em torno do folclore, e suas consequências para o campo das políticas culturais, ratifica a atualidade e a relevância desse tema para o debate permanente acerca do campo da cultura no Ceará e no Brasil.

Referências

ATA da 586ª Sessão Ordinária do Conselho Estadual de Cultura, realizada em 05 de abril de 1979. In: GOVERNO VIRGÍLIO TÁVORA. **Relatório de Atividades da Secretaria de Cultura e Desporto do Ceará**. Fortaleza, 1980.

BARBALHO, Alexandre. **Relações entre estado e cultura no Brasil**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1998.

_____. “Política cultural: um debate contemporâneo”. In: RUBIM, Linda. (Org.). **Organização e produção da cultura**. Salvador: Edufba, 2005, p. 33-52.

BEZERRA, Laura. Políticas culturais de organismos privados: o caso da Fundação Cinemateca Brasileira (1975-1984). In: **Anais eletrônicos do SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS**, 2., 2011. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2011. Disponível em: <<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2011/11/Laura-Bezerra.pdf>>. Acesso em: 22 mai. 2012.

BRASIL. Decreto nº 56.747, de 17 de agosto de 1965. Institui o Dia do Folclore. Brasília, DF, 1965. Disponível em: <<http://www.domtotal.com/direito/pagina/detalhe/6166/decreto-n-56.747-de-17-de-agosto-de-1965./print>>. Acesso em: 14 jul. 2010.

CALABRE, Lia. (Org.). **Políticas culturais: diálogo indispensável**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2005.

_____. Políticas culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: **Anais eletrônicos do ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA**, ENECULT, 3., 2007, Salvador. Salvador: UFBA, 2007. Disponível em: <<http://www.gestaocultural.org.br/pdf/Lia%20-%20Pol%C3%ADticas%20Culturais%20no%20Brasil%20balan%C3%A7o%20e%20perspectivas.pdf>>. Acesso em: 22 mai. 2012.

CAMPANHA DE DEFESA DO FOLCLORE BRASILEIRO. **Revista Brasileira de Folclore**. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, 1961-1976.

CENTRO NACIONAL DE FOLCLORE E CULTURA POPULAR. **Acervos Gerais**. Correspondência das Comissões de Folclore. De Henriqueta Galeno para Renato Almeida. Fortaleza, [1949 ou 1950] (Cartas Recebidas).

_____. **Acervos Gerais**. Correspondência das Comissões de Folclore. De Henriqueta Galeno para Renato Almeida. Fortaleza, 08/11/1952 (Cartas Recebidas).

COELHO NETO, José Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural**. Cultura e imaginário. São Paulo: Iluminuras, 1997.

DÁLIA, Carlos. Primeiro Plano. In: **Jornal O Povo**, Fortaleza, p. 5, 7 mar. 1968a.

_____. Primeiro Plano. In: **Jornal O Povo**, Fortaleza, p. 5-6, 17 mar. 1968b.

_____. **Jornal o Povo**, Fortaleza, p. 3, 18 set. 1967.

_____. **Jornal o Povo**, Fortaleza, p. 6, 10 nov. 1965.

GIRÃO, Raimundo. Discurso. In: **Revista Aspectos**, ano 1, n. 1, p. 13-53, 1967.

_____. **Para a história cultural do Ceará**. O Conselho Estadual e Cultura (1966-1976). Fortaleza: Editora Henriqueta Galeno, 1979.

GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. **A retórica da perda**. Os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Iphan, 2002.

GOVERNO CÉSAR CALS DE OLIVEIRA FILHO. **Mensagem à Assembleia Legislativa**. Fortaleza, 1972.

_____. **Mensagem à Assembleia Legislativa**. Fortaleza, 1973.

_____. **Mensagem à Assembleia Legislativa**. Fortaleza, 1974.

_____. **Mensagem à Assembleia Legislativa**. Fortaleza, 1975.

GOVERNO VIRGÍLIO TÁVORA. **Relatório de Atividades da Secretaria de Cultura e Desporto do Ceará**. Fortaleza, 1980.

_____. **Relatório de Atividades da Secretaria de Cultura e Desporto do Ceará**. Fortaleza, 1981.

MICELI, Sérgio. (Org.). **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difel; Idesp, 1984.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira & identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; Barbalho, Alexandre. (Orgs.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: Edufba, 2007.

SERAINE, Florival. **Folclore Brasileiro: Ceará**. CDFB; FUNARTE; MEC, 1978.

_____. Os estudos folclóricos e etnográficos cearenses. In: **Separata da RIC**, Tomo LXVI, 1952.

SOARES, Ana Lorym. **Revista Brasileira de Folclore**: folclore, intelectuais e políticas culturais (1961-1976). 2010. [206 f.] Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

VILHENA, Luís Rodolfo. **Projeto e missão**: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964). Rio de Janeiro: Funarte; FGV, 1997.

Artigo recebido em setembro de 2012 e aprovado em outubro de 2012.